



REVISTA

PENSAR
Geografia



ISSN: 2527-0040

DOI: 10.26704/rpgeo

A EUCALIPTOCULTURA SOB O PRISMA DA JUSTIÇA ESPACIAL – UMA ANÁLISE SOBRE AS PAISAGENS DO SUL DA BAHIA

Geovana Freitas Paim¹,
Antônio Ângelo Martins da Fonseca²,
João Batista Lopes da Silva³,
Francisco Gabriel de Almeida Rego⁴

¹ Doutoranda em Geografia no Programa de Pós Graduação em Geografia/UFBA, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. geovanapaim@gmail.com

² Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia – UFBA. antonio.fonseca@ufba.br

³ Professor do Centro de Formação em Desenvolvimento Territorial (CFDT)- Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB. silvajbl@ufsb.edu.br

⁴ Professor do Colegiado de Artes Visuais- Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF francisco.rego@univasf.edu.br

Artigo recebido em 23/11/2021 e aceito em 26/12/2021

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar como ocorreu a expansão do eucalipto nos territórios do Descobrimento e Extremo Sul, Bahia. Metodologicamente, foram utilizadas a análise multitemporal da expansão da eucaliptocultura e das pastagens, a espacialização da eucaliptocultura e dos conflitos por água e terras, e a utilização de dados socioeconômicos. Os resultados apontam que a seletividade e reprodução espacial viabilizaram a expansão da eucaliptocultura e a geração de crescimento econômico regional, mas não geraram justiça espacial. Conclui-se que os conflitos em torno do acesso à água, do acesso à terra e do acesso a melhores serviços para a população menos favorecida envolveram exclusão, monopólio e conflitos, solidificando injustiças espaciais.

Palavras-chave: Eucalipto. (In)justiça Espacial. Conflitos Sociais.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze how the expansion of eucalyptus occurred in the territories of Descobrimento and Extremo Sul, Bahia. Methodologically, the multitemporal analysis of the expansion of eucalyptus culture and pastures, the spatialization of eucalyptus culture and conflicts over water and land, and the use of socioeconomic data were used. The results show that selectivity and spatial reproduction enabled the expansion of eucalyptus culture and the generation of regional economic growth but did not generate spatial justice. It is concluded that the conflicts over access to water, access to land and access to better services for the less favored population involved exclusion, monopoly, and conflicts, solidifying spatial injustices.

Key words: Eucalyptus. Spatial (In) Justice. Social Conflicts

1. Introdução

A expansão do plantio de eucalipto em países periféricos foi ampliada com o advento da integração dos mercados, via redes econômicas, no contexto da globalização neoliberal. Esse processo de expansão, ao tempo em que gera mutações de paisagens, também estimula as discussões e análises acadêmicas focadas em aspectos ecológicos, ambientais e espaciais, sobretudo quanto às injustiças espaciais decorrentes da forma como ocorre o uso e ocupação do solo.

No Brasil, a expansão do plantio do eucalipto destaca-se pela alta produtividade. Do ponto de vista econômico, é um excelente investimento pela possibilidade de aproveitar 100% do seu material na cadeia de produção, como as folhas, a madeira e a resina. Acrescenta-se a isso o fato de também contribuir com o setor agroenergético, através do qual resíduos e madeira se transformam em calor e energia, destinadas, sobretudo, à produção da liga de ferro-gusa. Somente isso já justifica os investimentos neste tipo de cultura (eucalipto), que são apoiados pelo Estado em todas as escalas.

A expansão da eucaliptocultura é planejada por meio de práticas espaciais, que trazem como resultados inevitáveis, a seletividade de espaços e sua reprodução. Sua dimensão visível são as paisagens homogêneas que se repetem por muitos quilômetros. Mas, as riquezas vindas do eucalipto são pouco distribuídas no espaço em que se encontram. Então, isso resulta na criação de espaços injustos, pois sobram apenas corredores de terras, em condições de posse e uso insuficientes para os pequenos agricultores.

O tempo/espaço é o foco deste trabalho, que destaca o crescimento da eucaliptocultura entre os anos 1990 e 2018, nos territórios do Descobrimento e Extremo Sul, na Bahia. A intensificação do plantio de eucalipto ocorre entre muitos espaços municipais e, nesta mesma esteira do tempo, onde o eucalipto se instala, passam a coexistir conflitos pelos bens essenciais ao povo: a terra e a água. Outro aspecto que se destaca neste trabalho é

que o desenvolvimento das economias locais, tão propalado politicamente a favor do cultivo, confronta-se com o pouco incremento que o mesmo traz aos municípios.

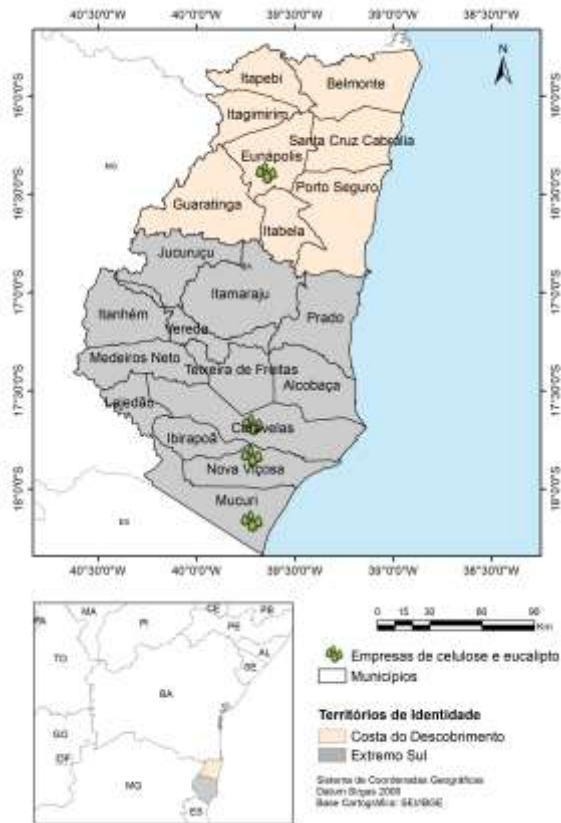
Assim, o objetivo deste artigo é analisar como ocorreu a expansão do eucalipto no Sul da Bahia enfatizando o uso do solo e as mudanças ocorridas, e relacionando-os com a justiça espacial. Este artigo está dividido em três partes, mais a introdução e as considerações finais. Na primeira parte, é apresentada a área de estudo, juntamente com os procedimentos metodológicos adotados; na segunda parte, são destacadas a expansão do eucalipto e as práticas espaciais adotadas durante o processo; e a terceira parte analisa a relação entre a expansão da eucaliptocultura e a justiça espacial.

2. Material e métodos

A área de estudo corresponde aos Territórios de Identidade Costa do Descobrimento e Extremo Sul. O primeiro, marco do descobrimento do Brasil, é composto por 8 municípios, e o segundo é composto por 13, totalizando 21 municípios e 30.627km² (Figura 01).

Nos territórios analisados, estão situadas duas grandes empresas na produção de celulose e eucalipto: Fibria-Suzano e Veracel. Essas empresas compraram terras dos pecuaristas da região e são elas que influenciarão, ao longo do tempo, o destino das terras com os agricultores, movimentos sociais e representantes de diversas comunidades para arrendamento e expansão contínua de seus negócios. Nos dois territórios estudados, destaca-se a presença indígena como ponto importante. Essa presença pode ser dividida em duas perspectivas: a primeira, cuja ocupação está associada às aldeias, destacando-se os Pataxós e os Tupinambás, bem como uma segunda forma de ocupação, marcada pela mobilidade, destacando-se aqui os Maxacalis.

Figura 01 - Territórios estudados. Fonte: Os autores, 2020



Neste trabalho, foram utilizados dados de uso do solo cedidos pelo Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia para os dois territórios mencionados. Usou-se esses dados para análise espaço-temporal do eucalipto, considerando cinco anos: 1990; 1996; 2001; 2007; 2018. Seu mapeamento é oriundo do processamento dos satélites Landsat 5 Sensor TM (Thematic Mapper) e imagem RapidEye de 2013. Com as classes de uso deste mapeamento em ambiente SIG (Sistema de Informação Geográfica) analisou-se a eucaliptocultura na área completa dos territórios envolvidos, além de correlacionar a outras variáveis, como conflitos por água.

Os dados sobre os conflitos pela água (2019,2017,2012,2010) e pela terra (2019,2017,2012) foram extraídos dos relatórios da Pastoral da Terra. Além desses, foram analisados dados socioeconômicos, da agropecuária e o Produto Interno Bruto do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A espacialização foi realizada através de Sistemas de Informação Geográfica.

3. Resultados e discussão

A expansão do Eucalipto e suas práticas espaciais

As práticas espaciais são ações que têm por base o binômio localização-distribuição (MOREIRA, 2001), que também fazem parte de critérios de justiça espacial. Através do mapeamento da eucaliptocultura, é possível ler uma história geográfica sobre as mudanças ocorridas nos dois territórios estudados no Extremo Sul da Bahia. O eucalipto foi introduzido no Território Costa do Descobrimento na década de 1990 e a economia estava voltada para a agropecuária e turismo.

A inserção do plantio de eucalipto nesse espaço ocorreu num contexto de baixo quantitativo populacional, menos de 335.000 habitantes (SEI/IBGE,1991) nos territórios analisados, com pouca ocupação antrópica, estando as terras bastante disponíveis para o poder público experimentar novos investimentos e fazer modificações deliberadamente. Martins (1997) afirma que, quando a condição de “vazio demográfico” ocorre, duas frentes são estabelecidas: a frente de expansão, que é o primeiro momento de ocupação do espaço seguido de um deslocamento da “população civilizada” para esses espaços; e a pioneira, que passa a ideia da novidade e da nova sociabilidade, com outros costumes e rotinas, rompendo também com as velhas formas de economia. Com o mapeamento sobre o uso da terra, foram detectados em 1990, na época da expansão, 263 poligonais de eucaliptos (terras delimitadas para plantio de eucalipto), totalizando 11.716 hectares, nos quais os maiores plantios estão localizados em Eunápolis, que se torna uma cidade polo para o Território do Descobrimento. Esse quantitativo era suficiente para dar início à movimentação das primeiras indústrias de celulose da região: a Bahia Sul, localizada no Município de Mucuri, e a Veracel, instalada em Eunápolis.

Como o eucalipto é capaz de trazer divisas e movimentar uma cadeia de serviços (SIMIONI et al.,2018), a atividade passa a ser atraente e, tal como um ímã, vai atraindo, a partir de 1996, os municípios vizinhos. Houve a duplicação de tamanho em área ocupada, saltando para 25.997 hectares e 666 poligonais, com destaque para os municípios de Santa Cruz de Cabralia e Porto Seguro. Assim, constata-se que essas corporações selecionam tanto os espaços de produção da matéria-prima, quanto um centro de gestão territorial e de negócios. Esta é uma prática espacial, chamada seletividade espacial, pela qual, no processo de organização de seu espaço de atuação - que envolve várias localizações -, a corporação age seletivamente (CORRÊA, 1992, 2007), o que pode gerar injustiças espaciais.

Outro aspecto relevante, nesse processo de seletividade, é o jogo de forças que envolve as relações entre meio ambiente e desenvolvimento, pois, neste interim, foram criadas diversas unidades de conservação, conforme mostra a Tabela 01. Essas unidades - 6 delas foram criadas na década de 90, no primeiro momento expansionista da eucaliptocultura. A criação das referidas acontece após um contexto geopolítico de intensas movimentações em prol da proteção do meio ambiente (Conferência de Estocolmo, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e desenvolvimento, Eco92, etc) e também para proteger a Mata Atlântica, tão explorada desde a época colonial, que com os projetos de celulose dispara o interesse por grandes faixas de terras. A concepção de transformação da natureza está ancorada no modus vivendi da sociedade, assentada nas relações sociais e culturais e nas transformações históricas mais amplas (VIANNA,2008;CREADO,2008).Transformações que seguem no tempo e espaço. No caso do eucalipto, a partir do ano 2000, todos os municípios do Território do Descobrimento passam a ter, em suas terras, o plantio de eucalipto, pronto a alimentar a indústria madeireira. Em 2001, foram contabilizados 91.145 hectares com essa cultura.

Nessa nova etapa de expansão, foram encontradas condições favoráveis no território vizinho, Extremo Sul, com terras devolutas ou pastagens em relevo predominantemente plano, fazendo com que a ocupação da eucaliptocultura se torne um negócio contínuo. São distribuídos 23 talhões (grandes terrenos destinados ao cultivo) nos municípios de Prado, Itamaraju e Alcobaça, acrescentando 63 hectares nas paisagens, anteriormente ocupadas pela Mata Atlântica. Este acréscimo provavelmente foi fruto da união das empresas Cia Suzano de Papel e Celulose e a Bahia Sul Celulose, que ocorreu em 2001, com vistas a ampliar sua capacidade de produção.

Tabela 01. Unidades de Conservação Ambiental nos Territórios de Identidade Costa do Descobrimento e Extremo Sul - 1961 e 2009. Fonte: Org.: Os autores,2020. Fonte: Geocatálogo do INEMA,2020.

Unidades de Conservação	Responsável	Ano de Criação	Municípios
P.N. do Monte Pascoal	Federal	1961	Porto Seguro
P.N. Marinho dos Abrolhos	Federal	1983	Caravelas
APA Caraíva/Tranco so	Estadual	1993	Porto Seguro
APA Coroa Vermelha	Estadual	1993	Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia
APA Ponta da Baleia/Abrolhos	Estadual	1993	Caravelas e Alcobaça
APA Santo Antônio	Estadual	1994	Santa Cruz Cabralia e Belmonte
P.N. do Pau Brasil	Federal	1999	Porto Seguro
P.N. do Descobrimento	Federal	1999	Prado
RESEX Corumbau	Federal	2000	Porto Seguro, Prado
R.V.S Rio dos Frades	Federal	2007	Porto Seguro
RESEX Cassurubá	Federal	2009	Caravelas, Alcobaça e Nova Viçosa

Seguindo a lógica da disponibilidade de terras, que é permeada por relatos de pressão sobre comunidades tradicionais, grilagem de

terras e exploração fundiária por empresas (LIMA,2020; PORTO,2016), a eucaliptocultura avançou em 2007, incorporando novas áreas no Território do Descobrimento, em especial no Município de Belmonte. Ao mesmo tempo, começaram as transformações no extremo sul, com destaque para o Município de Prado, onde, na porção leste, o uso do solo começa a se voltar para a produção do eucalipto. Nesse ano, foram quantificados 4.382 talhões e houve aumento da área para 122.995 hectares. Paralelo a esta expansão, ocorreu a formação de um arranjo espacial constituído por instituições educacionais, como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO) e Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Esse arranjo espacial consolidou o *know how* da região na área de silvicultura, com a presença de cursos e profissionais que agregam conhecimento e especialização no ramo florestal. Assim, acredita-se que ocorreu Em 2018, observou-se uma redução de talhões de eucalipto (unidades de plantio).

Houve redução de quantidade, mas não de área ocupada. Algumas ações do poder público explicam a redução de abertura de novos talhões: criação do Programa Arboretum (Programa interinstitucional proposto pelo Serviço Florestal Brasileiro, com apoio do IBAMA, para contribuir com a conservação, restauração e valorização da diversidade da Mata Atlântica), desestimulando o plantio de eucalipto e estimulando a ampliação da floresta nativa; a criação de leis orgânicas municipais que impedem o aumento das áreas de eucalipto no seu território. A possível união de talhões facilita o trato, manejo e execução de determinações legais, a exemplo de reserva legal.

Tal fato pode estar relacionado ao comportamento do mercado madeireiro, cuja incorporação de novas áreas tornou-se restrita por causa da crítica ao estabelecimento de seus latifúndios e monocultura.

Mas, em contrapartida, houve o aumento em área ocupada, que passou a ser de 338.416 hectares. outra prática espacial, a de reprodução espacial, considerada como um conjunto de práticas que não se efetivam pontualmente. Estas efetivam-se em áreas, abrangendo numerosos estabelecimentos, a fim de criar uma tendência à espacialização produtiva para controle seguinte da corporação (CORRÊA, 1992).

Desta forma, ocorre o crescimento da eucaliptocultura que, gradativamente, ocupa o Território do Extremo Sul. Percebe-se, pelo mapeamento no ano de 2018, que o eucalipto é plantado em todos os municípios, atingindo 100% no extremo sul baiano, consolidando, assim, este segmento econômico. De forma geral, houve uma efervescência, em nível nacional, da silvicultura. Anteriormente, o eucalipto era uma madeira usada essencialmente na produção de carvão e celulose. Nos últimos dez anos, ela passou a ser usada em novos produtos: MDF (medium density fiberboard) e o OSB (oriented strand board), ambas constituem placas de fibra de madeira reflorestada, bastante utilizado na fabricação de móveis populares

Para contornar esta questão, o Brasil investiu no fomento florestal, estimulando os pequenos e médios produtores a reflorestarem as suas propriedades, mediante contratos. Com isso, houve uma manutenção da produção madeireira que, atualmente, se concentram nas atividades fins, que são a industrialização e fabricação de produtos e não necessariamente o plantio (VALVERDE, et al., 2004).

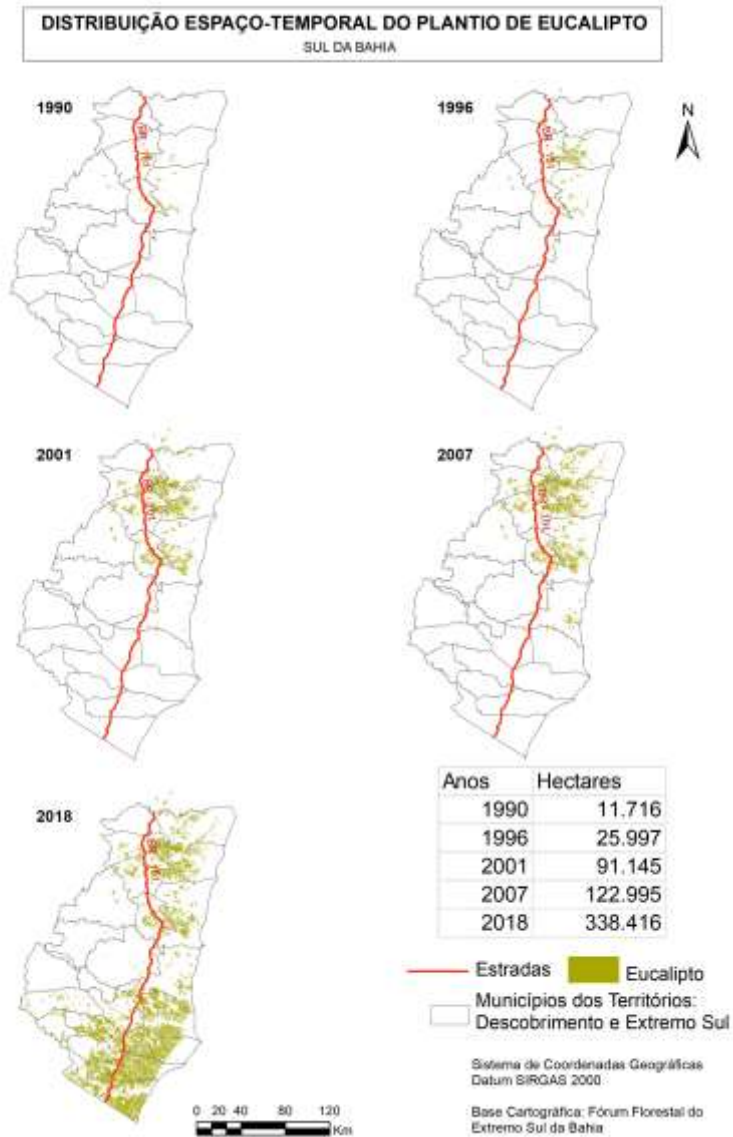
Na figura 02, relacionada à evolução espacial do eucalipto nos territórios estudados, observa-se o avanço gradativo das terras em direção ao extremo sul. Este avanço é acompanhado da concentração das terras nas mãos de poucos que, apesar da demarcação de unidades de preservação, não garantiu a facilidade de acesso a bens essenciais e estratégicos, a exemplo da água e terras, para os pequenos agricultores.

Pode-se afirmar que a expansão do eucalipto ocorreu no sentido norte-sul, concentrando-se

nos municípios das extremidades dos territórios analisados, ficando os municípios do meio (sobretudo os da divisa com o Estado de Minas Gerais) destinados à pecuária e lavouras, como a de café. A proximidade com Minas Gerais, considerado o maior produtor de leite do país, gerou influência em municípios localizados no centro oeste dos territórios analisados (exemplo: Itanhém, Jucuruçú, Guaratinga), formando uma leve descontinuidade da ocupação pela

eucaliptocultura, pois esses municípios colocaram a atividade agropecuária em primeiro plano.

Figura 02 - Expansão do plantio de eucalipto nos Territórios do Descobrimento e Extremo Sul da Bahia entre os anos de 1990 e 2018. Fonte: Elaborado pelos autores. Fonte: Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia.



Justiça espacial no contexto da eucaliptocultura

Uma das abordagens sobre a justiça espacial valoriza a importância da distribuição de bens e serviços no espaço, com base nas contribuições de Rawls (1997). Quando esta se torna tão desigual ao ponto de não beneficiar a todos, e gerar conflitos e maiores desigualdades, o alerta acende para a compreensão da estrutura espacial, suas mudanças e processos decorrentes. Os conteúdos físicos, políticos, sociais e econômicos do espaço geográfico são reflexos e também condições para a vida das pessoas. A forma como esses conteúdos são produzidos e distribuídos apontam para os graus de (in)justiça espacial em um determinado lugar (SOJA, 2010). É uma realidade de múltiplas tramas, onde os limites físicos internos do território também podem implicar em desigualdades (MADEIRA e VALE, 2015; BRET, 2002).

No contexto do pensamento geográfico, a importância da distribuição dos bens e serviços sempre tiveram papel relevante (HARVEY, 1980), inclusive na geografia teórica quantitativa, através das análises sobre padrões de organização do espaço. Apesar de não haver uma discussão direta envolvendo justiça e espaço, os princípios utilitaristas de eficiência e equidade tinham papel fundamental nas análises (SILVA, 1987). O fato é que “a produção/a distribuição desigual dos objetos no espaço é multifatorial e multifacetada e pode gerar injustiças espaciais, pois o espaço tanto é reflexo como condição para a (in)justiça” (FONSECA; BARBOSA, 2017, p. 76).

Atualmente, as abordagens sobre a relação entre justiça e espaço foram expandidas e diversificadas, através de análises envolvendo eficiência (localização), distribuição (equidade), opressão, práxis geográfica, participação e ação política. (FONSECA; BARBOSA, 2017). Mesmo assim, a

abordagem da equidade (distribuição) ainda é bastante valorizada pela Geografia. Para Bret (2013), a equidade territorial, enquanto dimensão espacial da justiça social, “significa uma configuração geográfica que garantiria a todos as mesmas condições de acesso aos serviços públicos, ao emprego e as diversas vantagens da vida em sociedade”.

Essa configuração geográfica com equidade não parece ser o fundamento da expansão do eucalipto no sul da Bahia, pois ele foi desenvolvido em meio ao fechamento de terras para o plantio da espécie, unificando-as em extensos campos da monocultura, que passaram a ter identidade empresarial, com tudo o que lhe é inerente: contratos, acessos limitados, trabalhadores fardados e seguranças. Esses processos distribuem, no tempo e no espaço, conflitos a respeito da distribuição e uso da água dos rios e dos mananciais hídricos, e acesso à própria terra para o plantio de outras culturas.

É possível afirmar que a distribuição do eucalipto se deu com certa injustiça espacial, pois criou um “extenso espaço duro”, com pouquíssimos corredores disponíveis. Este cercamento excludente resultou, ao longo do tempo, em conflitos por terra, água e outros que talvez ainda sejam desconhecidos por todos nós. Restou ao povo as “lascas” de terra dentro da paisagem que, por mais que se produza qualquer coisa, jamais conseguirá concorrer com a paisagem predominante marcada em fisionomia e conteúdo voltados para o eucalipto. E mais: foram percebidas mudanças no relacionamento com a terra nas comunidades, uma vez que estas eram assediadas para vender seus lotes às indústrias de celulose que se instalavam.

Vale salientar que a busca pela justiça espacial envolve tensões, negociações, divergências e ações e pode ser adotada como base conceitual vinculada ao planejamento e/ou ordenamento territorial, na análise da ocupação, distribuição e uso do espaço. Um espaço justo é aquele que é usado de forma que a distribuição de bens e serviços seja equitativa e atendam a população mais desfavorecida.

Conforme Fonseca e Barbosa (2017, p.76):

De fato, a produção e a distribuição desigual dos objetos no espaço é multifatorial e multifacetada e pode gerar injustiças espaciais, pois o espaço tanto é reflexo como condição para a (in)justiça: as distâncias e as dificuldades de acesso aos bens e serviços em decorrência da inexistência de vias de acesso e de meios de transporte que permitam melhor acessibilidade e mobilidade; a condição física-ambiental desfavorável, como as grandes estiagens, e os problemas sociais, políticos, econômicos e culturais dele decorrentes.

As contribuições de Soja (2010) e Marcuse (2009) vão além da abordagem da distribuição e trazem outras questões importantes para a discussão sobre justiça espacial. Atualmente a temática da Justiça Espacial passa por um alargamento conceitual e na Geografia encontra um campo fértil para debates (VAN DEN BRULE,2020). Em Soja (2010), o conceito de justiça espacial é uma subcategoria de justiça social e as ações da justiça sempre têm consequências espaciais. Logo, o espaço é reflexo da condição para a justiça; a justiça espacial envolve a qualidade de ser justo, equitativo. Com base neste autor, a justiça envolve a dimensão conceitual e a ação social e política.

Espaço e sociedade são, portanto, indissociáveis na relação com a justiça. Na área estudada, são identificadas algumas relações: o confinamento involuntário das pessoas às sobras de terras, as injustiças sociais e as negligências políticas no tempo histórico. No Território do Descobrimento, o confinamento involuntário ocorre, em muitos casos, com os indígenas Pataxós da Aldeia Aratikum, no Município de Santa Cruz de Cabralia, que lutam contra a especulação imobiliária de terras para a construção de resorts voltados ao turismo de luxo. Outros pontos de injustiça referem-se à ocupação de terras devolutas para a inserção do eucalipto. Um exemplo foi o conflito judicial ocorrido em 2017 entre uma empresa de celulose e o próprio governo do estado para a reintegração

de uma terra ocupada irregularmente. A empresa argumentou que ocupava a terra havia mais de 15 anos, mostrando que, ao longo do tempo, houve a negligência dos atores públicos em relação às terras nesses territórios.

Segundo os dados dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra, os conflitos por água iniciam-se nos dois territórios (Descobrimento e Extremo Sul) e se estabelecem antes mesmo da exploração do eucalipto. Porém, a sua intensificação - refletida na distribuição desses entre vários municípios - aconteceu após 2017. Vargas (2007, p.195), esclarece que num conflito é necessário:

reconhecer a necessidade de criar relações e desenvolver o diálogo e a cooperação entre atores muito desiguais pelo que, em lugar de dar centralidade à intervenção de terceiros, sem prescindir deles, atribui um papel muito ativo aos atores locais. Desta forma amplia o leque de atores que podem envolver líderes políticos, especialistas em resolução de conflitos, ONGs especializadas no tema, grupos indígenas, comunidades,etc. entendendo que todos têm um papel a cumprir no processo de construção das situações cooperativas gradativas e de longo prazo.

A concentração dos conflitos foi constatada no extremo sul, exatamente onde o eucalipto ganhou força (Figura 03) e se tornou o principal motor econômico, apoiado por líderes políticos locais e regionais, que juntamente com pecuaristas transformaram sem muito diálogo as paisagens dos territórios estudados.

Apesar do protagonismo do eucalipto no retrato da paisagem estudada, a estruturação das pastagens para a criação de gado também merece um olhar especial, visto que estas também determinam a forma de acesso à água. Isto pode justificar a existência de conflitos sociais mostrados na figura 03, pois os motivos pela disputa tanto da água, como da terra não são detalhados pela Comissão Pastoral da Terra. Vale dizer que as pastagens e a agricultura, nos territórios analisados na região, são mais antigas no uso do solo e

ocupam grandes parcelas de terra, conforme apresentado na tabela 02.

Tabela 02. Quantidade de terras ocupadas por pastagem e agricultura na área analisada. Fonte: Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia. Org.: Os autores, 2020.

Ano	Agricultura e/ou Pastagem (Ha)	Eucalipto (Ha)
1996	484.498	25.997
2001	834.340	91.145
2007	775.386	122.995

Assim, ao comparar a quantidade de terras usadas para pastagem/agricultura e eucaliptocultura, esta última será menor. No entanto, as injustiças espaciais predominam porque, de uma forma ou de outra, a concentração da terra nas mãos de tradicionais empresários permanecem historicamente nas bacias hidrográficas que compõem os territórios analisados, relegando as comunidades existentes em seu entorno. Como lembra MOLLE (2008), reformular paisagens para atender a interesses econômicos específicos gera externalidades, cujas consequências tendem a se concentrar nas pessoas mais pobres.

As pastagens e a eucaliptocultura não utilizam água da forma direta. As atividades com uso direto da água são, principalmente, a fruticultura na região, com destaque para as culturas de melancia e mamão. Estas com captações clandestinas, sem outorga (em muitos casos devido à demora de expedição), utilizam água em excesso porque, mesmo com sistemas de irrigação eficientes - como a irrigação localizada por gotejo - não possuem um projeto e manejo adequados, consumindo, conseqüentemente, água em excesso. Pelas facilidades encontradas, a expansão agrícola sem planejamento adequado reforçam as transformações negativas da paisagem, destacando que é necessário compreender a transformação física da terra por meio de seus motivadores sociais (ERICKSON, 1995).

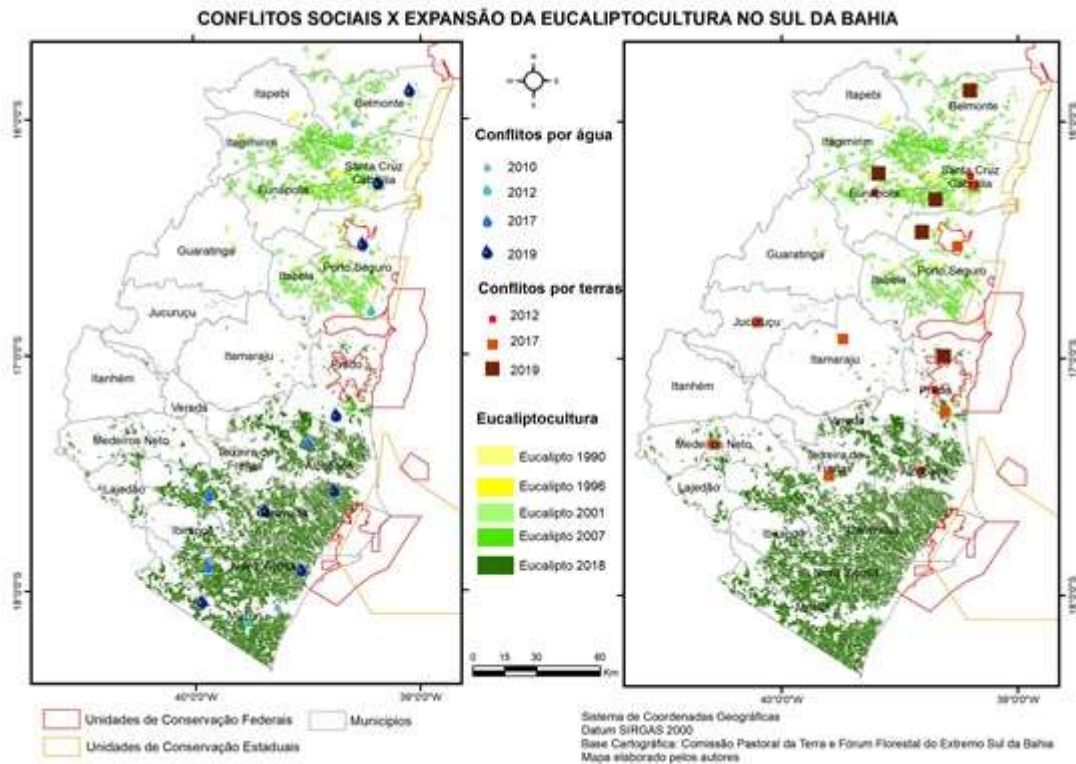
Segundo FARIAS et al. (no prelo), o eucalipto afeta negativamente as vazões

mínimas de água, favorecendo as vazões máximas, que são aumentadas em virtude do aumento do escoamento superficial em razão da diminuição da infiltração da água no solo. Isto, conseqüentemente, diminui o nível do lençol freático. Para as áreas de pastagem, o comportamento é semelhante: diminuição das vazões mínimas e aumento das máximas. Porém, isto está mais atrelado à redução da infiltração e aumento do escoamento superficial.

Um fato importante é que as áreas de eucalipto seguem a legislação ambiental vigente, respeitando reserva legal e APPs. Porém, isto está muito mais ligado às certificações florestais para a exportação do produto do que à conscientização. Além dessa observação nas leis ambientais, os produtores adotam mais medidas de conservação de solo e da água, imprescindíveis para evitar erosão e perda de água na propriedade. O mesmo não ocorre com as áreas destinadas à pastagem, para a atividade de pecuária, pois não é adotada nenhuma prática de conservação de solo e água e há pouco respeito às leis ambientais.

Diante do exposto anteriormente, a presença do eucalipto pode ser observada por uma lógica ambígua. Apesar de ter ações positivas em relação ao manejo da água, isto não exclui o fato de ser o modificador da paisagem, com implicações sociais, em termos de justiça espacial. Dessa maneira, contribuir para vazões de água é uma questão menor quando comparada à maneira pela qual os indivíduos e a coletividade se relacionam com a paisagem conformada pelo eucalipto.

Figura 03 - Distribuição espacial dos conflitos de água e de terras desde a inserção da eucaliptocultura nos territórios do Descobrimento e do Extremo Sul. Fonte: Elaborado pelos autores. Fonte dos dados - Comissão Pastoral da Terra e Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia.



Assim, os conflitos crescentes por água, demonstrados na figura 03, decorrem de um relacionamento forçado e certamente tensionado entre os que detêm os recursos e os que precisam dele. Neste caso, MOLLE (2008) discute que, ao contrário de outros recursos, como minerais, petróleo ou terra, os recursos hídricos estão sempre em um fluxo superficial ou subterrâneo, que variam em qualidade e quantidade, no tempo e no espaço. Devido à natureza do ciclo hidrológico e à capacidade humana de armazenar, barrar, desviar, drenar, bombear, poluir ou tratar a água, esse recurso extravagante conecta as pessoas que dependem dele, para o bem ou para o mal.

Seja por causa do eucalipto ou por causa das pastagens, a configuração espacial que foi imposta implica em conflitos sociais, uma vez

que levou à concentração das terras e redução da participação da agricultura familiar (ALMEIDA, et al. 2008). A monocultura fez com que caminhos anteriormente usados pelas comunidades rurais fossem fechados, gerando disputas pela água dos rios cujas bacias são muito bem drenadas por rios permanentes. Os conflitos por terras não seguem a mesma lógica do conflito por águas. Estes, embora registrados desde 2012 em todos os territórios, não formam um padrão, distribuindo-se espacialmente nos dois territórios, sendo predominantes nos municípios de Santa Cruz de Cabrália e Prado. Isso sugere que esta predominância pode estar relacionada ao tensionamento com as comunidades tradicionais indígenas, presentes nesses territórios. No ano de 2019, os conflitos por terra foram registrados em Prado, Porto Seguro, Eunápolis, Santa Cruz

de Cabralia e Belmonte, atingindo 836 famílias. A maior parte dos conflitos ocorreu em áreas indígenas e por situação de litígio.

Tudo indica que as mudanças engendradas pela eucaliptocultura não foram acompanhadas de justiça espacial, uma vez que houve um monopólio do espaço por parte de corporações. Isso pode ser percebido não só nos conflitos existentes, mas nas mudanças provocadas na condição de posse das terras. O Gráfico 01 ajuda também a explicar que as terras, que antes estavam nas mãos de famílias locais, possivelmente não resistiram aos assédios da silvicultura, resultando num boom de contratos de arrendamentos, que precedem exatamente à grande escalada da eucaliptocultura em 2018. Coincidentemente, onde existem muitos conflitos por terras, há também a presença marcante dos arrendamentos.

Gráfico 01 - Quantidade de arrendamentos de terras nos territórios analisados. Org.: Os autores,2020.
Fonte: IBGE, 2018.



Assim, estaria no espaço a resposta determinante para as demais injustiças: a social e a ambiental. A reificação das identidades coletivas pode ser um problema que acarreta a justiça social (FRASER, 2002). No caso dos territórios estudados, os problemas foram impetrados pelas frentes expansionistas e pioneiras. Estas desestruturaram o relacionamento com a terra, possibilitando o surgimento de conflitos por

bens acessados anteriormente de forma natural entre gerações e nas comunidades tradicionais.

O quadro 01 mostra a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) em alguns municípios onde, embora a ocupação de terras por eucalipto seja alta, esta não é a atividade que mais contribui diretamente para a economia local, expondo assim outras fragilidades do desenvolvimento advindo com a eucaliptocultura. É relevante ressaltar que a política tributária para a silvicultura é diferenciada, sendo tal atividade beneficiada pelo Programa Nacional de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento, instituído pela lei 5.106/66, tendo portanto pouca incidência de impostos sobre os municípios.

Apesar do crescimento do PIB entre 2010 e 2015, são as atividades de administração pública e de serviços que sustentam economicamente os municípios, com exceção de Mucuri, cuja indústria de transformação é a presença da unidade da Suzano Papel e Celulose. O único município que teve sua arrecadação centrada na atividade florestal foi Alcobaça, apenas no ano de 2010. Nos anos seguintes, assim como nos demais, a economia se volta para a administração, defesa, educação e outros serviços.

Apesar dos municípios analisados doarem suas paisagens para a exploração florestal, tendo esta cultura ampla distribuição geográfica, pode-se notar que os referidos municípios não possuem o ramo florestal como alicerce econômico. Nem sempre a monocultura do eucalipto produz uma sustentabilidade econômica, podendo causar migrações sazonais de população e dificuldades para outras atividades econômicas, entre elas a agricultura familiar (CALIXTO, et al.,2007). Como no caso analisado, os municípios detêm autonomia e captam recursos de outras fontes, como a de serviços, onde se enquadram o turismo, especialmente naqueles municípios que compõem a Zona Turística da Costa das Baleias, (Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri), e o comércio.

Quadro 01. Apresentação do PIB em parte dos municípios analisados entre 2010 e 2015. Org.: Os autores,2020. Fonte: IBGE, 2017.

Ano	Município	PIB	Atividade com maior valor adicionado bruto
2010	Alcobaça	8.418,06	<i>Produção florestal, pesca e aquicultura</i>
	Belmonte	7.566,85	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
	Caravelas	12.259,32	Demais serviços
	Eunápolis	13.688,99	Demais serviços
	Mucuri	35.087,68	Indústrias de transformação
	Nova Viçosa	7.109,11	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
	Santa Cruz de Cabralia	6.578,91	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2011	Alcobaça	8.497,96	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
	Belmonte	8.163,97	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
	Caravelas	12.532,83	Demais serviços
	Eunápolis	14.954,72	Demais serviços
	Mucuri	31.566,02	Indústrias de transformação
	Nova Viçosa	7.822,09	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
	Santa Cruz de Cabralia	7.463,01	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2012	Alcobaça	9.070,39	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
	Belmonte	9.446,28	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
	Caravelas	13.117,80	Demais serviços
	Eunápolis	16.579,08	Demais serviços
	Mucuri	32.107,56	Indústrias de transformação
	Nova Viçosa	8.190,69	Demais serviços
	Santa Cruz de Cabralia	7.999,37	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2013	Alcobaça	8.578,83	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
	Belmonte	9.646,97	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
	Caravelas	12.409,70	Demais serviços
	Eunápolis	18.089,93	Demais serviços
	Mucuri	33.412,73	Indústrias de transformação
	Nova Viçosa	8.812,96	Demais serviços
	Santa Cruz de Cabralia	8.616,74	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2014	Alcobaça	9.017,65	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
	Belmonte	9.735,56	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
	Caravelas	12.743,28	Demais serviços
	Eunápolis	18.528,40	Demais serviços
	Mucuri	33.503,76	Indústrias de transformação
	Nova Viçosa	9.337,52	Demais serviços
	Santa Cruz de Cabralia	9.839,71	Demais serviços
2015	Alcobaça	10.091,01	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
	Belmonte	11.821,21	Demais serviços
	Caravelas	15.258,50	Demais serviços
	Eunápolis	20.112,59	Demais serviços
	Mucuri	48.612,00	Indústrias de transformação
	Nova Viçosa	10.288,49	Demais serviços
	Santa Cruz de Cabralia	10.630,09	Demais serviços

Existem ainda outros aspectos, além do PIB, que apontam para a fraca participação do eucalipto na evolução econômica e social dos municípios, que é a ausência de investimento no planejamento urbano das cidades que abrigaram este tipo de cultura. Segundo Neto (2012), as mudanças trazidas foram negativas, pois com a chegada das empresas florestais houve, também, a criação de condomínios visando a acomodar funcionários das empresas de celulose - em geral, do Sudeste e com nível de qualificação superior. Mas, tais habitações diferenciavam-se em muito das próprias cidades que sediavam as empresas. Esses enclaves exuberantes, em espaços pobres, acabaram por gerar conflitos com a população local, que reivindicou para si infraestruturas semelhantes.

Diante dos elementos utilizados na reflexão a respeito dos impactos socioeconômicos na eucaliptocultura, acredita-se que a transformação da paisagem foi feita de forma injusta para o espaço. Cercar a terra em campos gigantes homogêneos foi feita com justiça? Não, porque se houvesse a distribuição de benefícios tão amplos quanto seus campos, a expectativa de resposta poderia ser de justiça espacial. No entanto, olhando tanto para a paisagem vista ao percorrer a BR 101, que corta esses municípios de norte a sul, é visível que, ao longo da história, curva-se gratuitamente ao modelo da eucaliptocultura importada, excludente, que abala suas matas nativas, sua relação com a terra, com a água, com seu povo e sua cultura, restando paisagens de injustiças.

4. Conclusão

A eucaliptocultura nasceu de um projeto político e econômico com o discurso de que traria desenvolvimento aos territórios do Descobrimento e do Extremo Sul. Entretanto, ela modificou profundamente a sua estrutura espacial ao longo do tempo, por meio de práticas espaciais como a seletividade e a reprodução espacial. Entre os anos 1990 e 2018, houve um incremento de mais de 300% de terras destinadas à eucaliptocultura. Esta

iniciou pelo Território do Descobrimento, mas encontrou no Território do Extremo Sul as condições ideais para se tornar o palco principal dessas transformações espaciais, impulsionadas também pelas novidades do mercado nacional e internacional madeireiro. Para além do carvão e da celulose, o eucalipto também passou a ser usado para fabricação de novos produtos em MDF (medium density fiberboard) e OSB (oriented strand board). Pode-se notar que as atividades florestais não incrementam o PIB dos municípios. Com relação a isso, fica o questionamento que se faz sobre a verticalização da cadeia madeireira, pois não há, na região, empresas que produzam laminados de madeira em MDF para que as mesmas pudessem abarcar um projeto para o desenvolvimento desses setores, visando a reduzir as desigualdades.

As transformações espaciais também vêm acompanhadas por conflitos por água e terra. O primeiro se dá pelo cerramento de caminhos e veredas, que antes eram entremeados pela Mata Atlântica. Agora, tais mananciais, juntamente com as terras, se tornaram propriedades mais que particulares, entremeando-se então pelas florestas plantadas. Estas tornaram-se entidades empresariais regidas por seus estatutos de acesso e segurança. Os conflitos por água aumentam no tempo, à medida que também aumentam a silvicultura tanto no Território do Descobrimento, como no Extremo Sul. Já os conflitos por terras não têm padrão no tempo e são anteriores à expansão do eucalipto. No entanto, os municípios que mais vivenciaram os conflitos dessa natureza foram Santa Cruz de Cabralia e Prado, sugerindo que tais problemas estão relacionados ao tensionamento com as comunidades tradicionais indígenas. As demais comunidades locais não perderam terras, mas cederam às estratégias de reprodução espacial da eucaliptocultura, que foram os arrendamentos.

Destacam-se também algumas questões importantes a ser melhor abordadas em outras pesquisas, tais como: a ocupação indígena frente às dinâmicas econômicas e sociais, o crescimento e desenvolvimento das cidades

em relação aos espaços rurais, os impactos do eucalipto nas bacias hidrográficas, os movimentos sociais e a luta pela terra, entre outros. Acredita-se que, pelos conflitos existentes e pelas lógicas adotadas para as transformações espaciais, a eucaliptocultura foi um vetor de crescimento econômico dos territórios em que se inseriu, mas que trouxe injustiça espacial, devido às suas ações características de seletividade e de reprodução espacial - que envolvem exclusão, monopólio e conflitos. Estes deveriam ter sido minimizados ao longo do tempo, mas a nova estrutura imposta somente acirrou o que já estava latente.

6. Agradecimentos

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB - bolsa doutorado, ao Serviço Florestal Brasileiro pela cessão dos dados e à parceria criada entre a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Sul da Bahia na análise dos dados.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thiara Messias de. et al. Reorganização socioeconômica no extremo sul da Bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto. **Sociedade & Natureza**, v. 20, n. 2, p. 5-18, 2008. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132008000200001>.

BAHIA (Estado). **Lei nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014**. Disponível em <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/LEGISLACAO/Lei-13.214-de-29-de-dezembro-2014-Politica-Territorial.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2020.

BRET, Bernard. Justice et territoire une réflexion à partir du cas brésilien. **Strates. Matériaux pour la recherche en sciences sociales**, n. Hors-série, 2002.

BRET, B. Equidad territorial. 2012. **Hypergeo**. Disponível em <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article535>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

CALIXTO, Juliana Sena; RIBEIRO, Álvaro Eduardo Magalhães. Três olhares sobre o reflorestamento: a percepção de atores sociais sobre a monocultura de eucalipto no Alto Jequitinhonha, MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 9, n. 3, p. 437-449, 2007.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos pela Água. **Relatório**. 2019.

_____. Conflitos pela Água. **Relatório**. 2017.

_____. Conflitos pela Água. **Relatório**. 2012.

_____. Conflitos pela Água. **Relatório**. 2010.

_____. Conflitos pela Terra. **Relatório**. 2019.

_____. Conflitos pela Terra. **Relatório**. 2017.

_____. Conflitos pela Terra. **Relatório**. 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 15, p. 35-41, 1992.

_____. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, 2007.

CREADO, Eliana Santos Junqueira et al. Entre "tradicionais" e "modernos": negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 255-271, 2008.

ERICKSON, Donna L. Rural land use and

land cover change: Implications for local planning in the River Raisin watershed. **Land Use Policy**, v. 12, n. 3, p. 223-236, 1995.

FARIAS, Emilly da Silva; SILVA, João Batista Lopes da; PIRES, Luanna Chácara; SILVA, Danilo Paulucio da. Caracterização hidrológica das bacias hidrográficas dos rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu. **Scientia Plena**. NO PRELO.

FONSECA, Antonio Angelo Martins; BARBOSA, Shaene Rodrigues Coelho. Justiça espacial e comarcas no estado da Bahia. **GeoTextos**, v. 13, n. 1, 2017. <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v13i1.23365>.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 07-20, 2002. <https://doi.org/10.4000/rccs.1250>.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Hucitec, 1980.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – INEMA (Bahia). **Geocatalogo**. Instrumento on line. Disponível em <http://geobahia.inema.ba.gov.br>. Acesso em 20 de maio de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. 2018. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/291#notas-tabela>. Acesso em 28 de abril de 2020.

_____. **PIB per capita**. 2017. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Acesso em 28 de maio de 2020.

KOOPMANS, José. Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n.

222, p. 45-58, 2006.

LIMA, Aline dos Santos. Origens históricas da Organização Odebrecht: retrato da apropriação privada da natureza no Baixo Sul da Bahia-Brasil. **Revista del CESLA**. International Latin American Studies Review, n. 25, p. 151-174, 2020.

MADEIRA, Paulo Miguel; VALE, Mário. Desigualdade e espaço no capitalismo contemporâneo: uma questão de (in) justiça territorial? **GEOUSP Espaço E Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 196-211, 2015.

MARCUSE, Peter. Spatial justice: derivative but causal of social injustice. **Spatial Justice**, v. 1, n. 4, p. 1-6, 2009.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 8(1): 25-70, 1996.

MOLLE, François. River basins and spatial justice: distributing benefits, costs and risk. In: **Conference: Justice et Injustices Spatiales**, Nanterre, France. 2008.

MOREIRA, Ruy. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. **GEOgraphia**, v. 3, n. 5, p. 15-32, 2001. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2001.35.a13397>.

NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves Cerqueira. Três décadas de eucalipto no extremo sul da Bahia. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), n. 31, p. 55-68, 2012.

PORTO, J. R. S. (2016). **Poder e território no Baixo Sul da Bahia os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento** (tese de doutorado). Rio de Janeiro, Brasil: UFRRJ.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. São

Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.

SIMIONI, Flávio José et al. cadeia produtiva de energia de biomassa florestal: o caso da lenha de eucalipto no polo produtivo de Itapeva-sp. **Ciência Florestal**, v. 28, n. 1, 2018.

SOJA, E. **The city and spatial justice**. Minneapolis: University of Minnesota Press.

<https://doi.org/10.5749/minnesota/9780816666676.001.0001>.

VAN DEN BRULE, David Melo. As diversas abordagens de justiça espacial na geografia. **GEOUSP: espaço e tempo**, v. 24, p. 297-316-316, 2020.

VARGAS, Gloria Maria. Conflitos Sociais e Sócio-Ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. **Sociedade & Natureza**, v. 19, n. 2, p. 191-203, 2007.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. Annablume Editora, 2008.

VALVERDE, Sebastião Renato et al. O comportamento do mercado da madeira de eucalipto no Brasil. **Biomassa & Energia**, v. 1, n. 4, p